

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Eleição no Senado

• O Senado representa os estados da Federação. A Câmara representa o eleitorado. Pelo menos em teoria é assim. Cada estado tem o mesmo número de senadores: três. A representação na Câmara deveria ser proporcional ao número de habitantes. Em grande parte é mesmo. Só que os estados pouco povoados, como o Amapá ou Roraima, têm um mínimo de oito deputados. São Paulo, que deveria ter 120, tem apenas 70, limite máximo.

Resulta um desequilíbrio a favor dos grotões. O Senado é o reduto dos chefetes, chefes e chefões estaduais. São 30 ex-governadores, dez ex-ministros, vários vice-governadores e ex-deputados federais. Muito raramente alguém chega lá sem antes passar pelo Executivo ou fazer uma longa carreira parlamentar, a não ser que compre o mandato.

Comprar o mandato, no caso, quer dizer bancar, no todo ou em parte, a eleição de um político bom de voto e entrar como suplente na sua chapa.

No passado, quando existiam as sublegendas, o segundo candidato mais votado na chapa do partido vencedor tornava-se suplente do eleito. Foi assim que Fernando Henrique se tornou senador, sendo inicialmente suplente de Franco Montoro. Assumiu a senatária quando Montoro foi para o Governo de São Paulo e, nas eleições seguintes, foi eleito por conta própria. Hoje, o eleitor não sabe, quando vota,

ção do cargo, no país e no exterior, com a pompa de quem passou cinco anos no Palácio do Planalto. Presidiu o Senado sem envergonhar ninguém.

Dois coronelões de estados médios disputaram a sucessão de Sarney. Ambos têm um intenso domínio regional e comandam bancadas de deputados. Iris Rezende demonstrou ter 11 votos. Antônio Carlos Magalhães tem 16. Ou seja, respectivamente 2% e 3% do total. Nada de impressionar muito, não fosse a personalidade tonitruante de ambos e o jogo partidário que representam.

Tanto Goiás como a Bahia têm uma longa tradição de coronelismo político.

Em Goiás, a família Caiado dominou o estado durante toda a República Velha. O médico Pedro Ludovico, que, juntamente com o sogro, senador Antônio Borges, combatia os Caiado desde 1919, desalojou-os do poder. Líder local da revolução de 1930, Ludovico go-

quem é o suplente do seu preferido. O titular pode, em consequência, escolher quem bem entender e geralmente escolhe um empresário bem abonado, com ambições de ascensão social.

Resultado: com o passar dos anos, muitos suplentes se tornam titulares sem jamais terem recebido um voto, ou porque o titular elegeu-se para outro cargo ou porque morreu. Só se vem a descobrir quem é o novo "senador" quando ele toma posse da cadeira.

A regra é perversa, é antidemocrática, pode até ser considerada imoral, mas é muito difícil de ser mudada. Os políticos sem grandes recursos já se acostumaram com o encosto que o caderno de cheques dos suplentes lhes proporcionam.

As negociações para a escolha do presidente do Senado são mais delicadas que as que elegem o presidente da Câmara, onde é mais volumosa a representação do baixo-clero, mas, por isto mesmo, os seus resultados são mais previsíveis.

O cargo, que acumula a presidência do Congresso, é o quarto da linha de sucessão presidencial. Nem por isto tem sido sempre ocupado por figuras de primeira grandeza na política nacional. Ao contrário: alguns dos políticos mais medíocres do país sentaram-se na cadeira presidencial, o que não alterou as instituições, para melhor ou para pior.

José Sarney cumpriu um mandato brilhante, do ponto de vista administrativo, na presidência do Senado. Entre outras coisas, reorganizou o seu sistema de divulgação, criou a TV Senado e tornou mais conhecidas e transparentes as suas atividades. Politicamente, cultivou o mistério e a dubiedade em relação às propostas do Governo, mas, nas horas da verdade, terminou sempre por apoiá-lo. Cultivou, ainda, a cerimonial representa-

vernou o estado por 15 anos. Seu filho, Mauro Borges, também foi governador e senador. Iris Rezende é o continuador desta tradição centralizadora.

Na Bahia, a luta entre os chefes municipais e os governadores do estado ensangüentou os sertões ao longo das primeiras décadas da República. Alguns dos mais notáveis políticos baianos descendem de coronéis do interior, como o erudito Luís Viana Filho e o arguto Antônio Balbino, ambos eventualmente parceiros de Antônio Carlos Magalhães.

Antônio Carlos, que iniciou a sua vida política como seguidor de Juracy Magalhães, a quem seu pai, o médico e deputado Francisco de Magalhães Neto, também apoiava, terminou por romper com o ex-governador e com os seus descendentes, o senador Jutahy e o ex-deputado e ex-ministro Jutahy Júnior. As suas relações com Luís Viana Filho, que o nomeara prefeito de Salvador, passaram igualmente por rompimentos e reconciliações.

As atitudes intempestivas, personalistas e, por vezes, truculentas do cacique baiano criaram receios entre os senadores sobre a forma como se conduzirá na presidência do Senado. Seu adversário Jáder Barbalho adverte que tentará fazer dos colegas simples empregados seus.

O presidente Fernando Henrique não compartilha dessas apreensões. Acha que Antônio Carlos sabe respeitar um poder maior que o seu e que o governismo é uma característica da sua personalidade política. Deputado pela oposicionista UDN, telefonava todos os dias para Juscelino Kubitschek, do PSD. Apoiou sem problemas os governos militares ao longo dos seus 21 anos de duração. Foi ministro de José Sarney. Sustentou Fernando Collor até o fim. Não criou embaraços a Itamar Franco.

Quem viver, verá.